

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO CEARÁ**
2 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO 2011**

3 Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e onze, no Auditório Valdir Arcoverde, da
4 Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, em Fortaleza, realizou-se a primeira Reunião
5 Extraordinária do ano de dois mil e onze da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único
6 Saúde do Ceará, com a presença dos seguintes membros: **Representando a SESA, os Titulares:**
7 Raimundo José Arruda Bastos, Secretário da Saúde, e Presidente da CIB/CE; Vera Maria Câmara
8 Coelho, Coordenadora de Políticas de Atenção à Saúde; Lilian Alves Amorim Beltrão,
9 Coordenadora de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, José Policarpo de Araújo Barbosa,
10 Coordenador das Regionais de Saúde do Estado e Mariano de Araújo Freitas, Assessor Técnico
11 do Gabinete. Compareceram os **Suplentes**, Haroldo Jorge de Carvalho Pontes, Secretário
12 Adjunto da Saúde; Alexandre José Mont'Alverne Silva, Supervisor do Núcleo de Urgência e
13 Emergência, Ana Virgínia de Castro da Justa, Supervisora do Núcleo de Atenção Primária, e Ana
14 Paula Girão Lessa, Ouvidora da SESA. **Representado os Municípios**, os Secretários Municipais
15 de Saúde, **Titulares da CIB/CE:** Wilames Freire Ribeiro, de Morada Nova, Presidente do
16 COSEMS e Vice-Presidente da CIB/CE; Rodrigo de Oliveira Teófilo, de Pacatuba e Valéria
17 Maria Viana Barbosa, de Pindoretama. Como suplente, Francisco Pedro da Silva Filho, de Cruz.
18 Presentes outros Secretários Municipais de Saúde, técnicos responsáveis por Coordenadorias e
19 Núcleos da SESA, Orientadores de Células Regionais da SESA, outros profissionais das
20 Secretarias Municipais de Saúde e do COSEMS e demais pessoas interessadas, com registro em
21 listas de presença. A Assembleia foi aberta pelo Secretário e Presidente da CIB/CE, Arruda
22 Bastos, que antes de iniciar os trabalhos passou a apresentar os seguintes informes: **1º**
23 **Solenidade com o Ministro:** No dia 16 de dezembro o Ministro da Saúde viria à Fortaleza para
24 receber o título de cidadão cearense. **2º Entrega de veículos:** O governo do Estado vai entregar
25 aos municípios os veículos financiados com recursos do FECOP, no dia 16 de dezembro. Disse
26 que é um Sandero completo, que servirá para apoiar a Atenção Básica, concluindo o projeto do
27 FECOP, cuja modificação teria sido feita para beneficiar um número maior de municípios. E que
28 haveria grande possibilidade de entregar os veículos na referida data ou até o fim do mês de
29 dezembro. **3º Equipamentos de Informática:** Sobre os equipamentos de informática dos
30 complexos reguladores informou que os mesmos serão tombados e que os Termos de Cessão
31 estariam na ASJUR até o dia 24 de novembro com posterior envio desses documentos às CRES
32 para assinatura dos gestores municipais e afirma que até o fim de dezembro os equipamentos
33 estarão sendo entregues aos municípios. **4º Prestação de Contas dos Recursos dos Complexos**
34 **Reguladores de 2007.** Wilames informou que fora publicada a Portaria GM/MS nº 2.692 de 16
35 de novembro de 2011 que estabelece prazo para comprovação junto ao MS da execução dos
36 recursos para implementação dos Complexos Reguladores referentes à Portaria 1.571/2007. **5º**
37 **Agenda COSEMS/SESA:** a) Seminário do QualiSUS, no dia 25 de novembro/2011, em
38 Juazeiro do Norte b) Em 13 de dezembro de 2011, Seminário em Sobral, sobre as Redes e Pacto
39 Interfederativo. c) VII Congresso Nordeste Secretarias de Saúde em Aracaju, de 29 a 31 de
40 março/2012; d) XII Congresso das Secretarias de Saúde do Ceará, nos dias 12, 13 e 14 de abril
41 no Crato; e) Congresso do CONASEMS nos dias 12,13,14 e 15 de junho de 2012 em Maceió.
42 Wilames pediu para transferir a reunião do dia 25 de novembro de 2011 e propôs a aprovação
43 dos Planos de Contingência da Dengue, por ad referendum da CIB/CE na reunião em curso. **6º**
44 **Termo Aditivo para os recursos do FECOP:** Vera esclareceu que de acordo com as normas do
45 Estado não há possibilidade de se fazer termo aditivo de prazo para conclusão de Unidades
46 Básicas financiadas com recursos do FECOP que já foi prorrogado por seis meses e pede a
47 compreensão dos gestores para que estes agilizem as obras que ainda estão incompletas para não
48 ficarem inadimplentes junto ao Estado e tenham que devolver recursos. Arruda reforça a
49 informação e diz que em relação ao **Programa de Cooperação Federativa - PCF 2007 a 2010**,
50 referente a Ambulância e Construção de UBS, os municípios terão até fevereiro de 2012 para
51 concluir os projetos e os de 2011, até maio de 2012, antes do processo eleitoral. Para os PCF de
52 veículos irá sair uma Instrução Normativa que estabelece a liberação dos recursos em 4 parcelas

53 de 25% do valor e diz que as obras ou os bens devem ter a logomarca do Estado. **Pedro**,
54 Secretário de Cruz, diz que está preocupado com o cumprimento do prazo de conclusão de obras
55 até o dia 31 de dezembro de 2011, já que em relação aos banheiros, a Vigilância Sanitária não
56 está emitindo parecer nas plantas baixas por que não tem técnico suficiente. Diz que enviou a
57 planta e até agora a VISA não liberou a planta. **Vera** esclareceu que muitos municípios já que
58 fizeram os banheiros e que a Vigilância Sanitária não está definindo a localização dos banheiros
59 no que já está construído, mas que os banheiros sejam feitos com vistas a emissão de Alvará de
60 Funcionamento. Diz que o Estado prometeu que os municípios iriam ser ressarcidos em 2010
61 com recursos do Tesouro Estadual ou do FECOP, no valor de R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e
62 setecentos reais) para utilização na Atenção Básica. Sobre a demora nas inspeções, **Arruda**
63 prometeu conversar com os técnicos da engenharia para solucionar o problema. 7º) **Apoio aos**
64 **HPP** – **Arruda** diz que já havia dito ao COSEMS que a SESA estaria disponível para discutir
65 uma forma de apoio aos HPP, em função das dificuldades de recebimento das parcelas da
66 contrapartida estadual. Disse que está aguardando uma proposta que está sendo elaborada pelo
67 Josete. Em seguida **Arruda** passou para **Item 1: Assistência Farmacêutica**, iniciando o assunto
68 com a palavra do Coordenador da Assistência Farmacêutica. **Marco Aurélio** diz que a-
69 Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – COASF iria prestar os esclarecimentos solicitados
70 pelo COSEMS que se referissem à Assistência Farmacêutica Básica e que os demais itens seriam
71 esclarecidos pela Coordenadoria Administrativa e Financeira da SESA – COAFI. São estes os
72 questionamentos levantados pelo COSEMS: **a)** Detalhamento da situação atual por município
73 dos percentuais atendidos da PPI 2011 da ASFAB, incluindo os insumos estratégicos; **b)** O
74 demonstrativos financeiro dos três componentes (União, Estado e Municípios), informando o
75 saldo atual, os valores relativos ao repasse de cada ente federado, como também visualizando os
76 rendimentos decorrentes de aplicação no mercado financeiro no período; **c)** Relatar as situações
77 de atrasos no pagamento das cotas pactuadas pelos três entes federados. Além de detalhar quais
78 providências tem sido adotadas para sanar os problemas; **e)** Emitir posicionamento da Gestão
79 Estadual do SUS acerca da necessária intervenção para a destinação e/ou incineração dos
80 medicamentos da PPI com prazo de validade vencidos; **f)** Relatório demonstrativo de estoque
81 atual por item farmacológico e processos de aquisição em andamento; Agradece aos gestores
82 pela confiança dispensada à COASF/SESA nos treze anos de compra centralizada e pede a
83 compreensão dos mesmos pelos problemas que aconteceram nesse ano de 2011. Passou a palavra
84 para a **Emília, técnica da COASF** que, seguindo os itens questionados pelo COSEMS,
85 apresentou um conjunto de planilhas cujas informações geraram as seguintes explicações: No
86 elenco de 133 itens mostra o percentual de atendimento por medicamento até 3º trimestre, os
87 valores programados, os valores atendidos e o percentual correspondente ao atendimento.
88 Justificou o baixo atendimento de alguns itens, destacando as providências que tinham sido
89 adotadas para suprir os mais importantes, como amitriptilina, haloperidol de 1 mg, metformina,
90 (o fornecedor promete entregar 12 milhões em dezembro e 28 milhões em janeiro) sinvastatina,
91 dos quais informou que alguns já estavam sendo entregues. Sobre a Saúde Mental informa que a
92 COASF está agilizando uma dispensa de licitação, considerando que três pregões para aquisição
93 de alguns medicamentos dessa área haviam fracassado. Diz ainda que as situações não
94 coincidem em todos os municípios o que deve proporcionar a troca de medicamentos, através de
95 um banco de trocas institucionalizado, que já está sendo elaborado. Apresentou em seguida
96 Relatório de Distribuição dos Medicamentos referente ao 3º trimestre do exercício de 2011,
97 segundo levantamento feito no dia 18/11/2011, onde mostra itens com percentual de atendimento
98 entre 90% a 60% da quantidade programada, com as respectivas justificativas e a previsão de
99 entrega de cada item. Disse que a **média percentual** de atendimento aos que pagaram os três
100 **trimestres é de 65%**. Mostrou o quadro com percentual de atendimento em função do
101 pagamento da contrapartida até o terceiro trimestre, e esclarece que os municípios só recebem os
102 medicamentos se o trimestre correspondente estiver quitado. **Wilames** questiona a não entrega
103 dos medicamentos aos municípios inadimplentes enquanto o Estado não é punido pela falta de
104 cumprimento dos prazos e das quantidades pactuadas e lembra que os municípios, adimplentes

105 ou não, tem direito aos recursos das contrapartidas estadual e federal. **Emília** diz que o Termo de
106 Adesão, em vigor há 13 anos, estabelece que os municípios inadimplentes perdem os recursos da
107 contrapartida do Estado e da União. **Wilames** afirmou esse Termo de Compromisso deve ser
108 alterado. Em vista disso a CIB/CE acordou que fosse feita a revisão do teor do Termo de Adesão,
109 estabelecendo punição ao Estado no caso de negligência na aquisição dos medicamentos. **Emília**
110 lembrou que na próxima reunião da CIB/CE seria feita a pactuação da Assistência Farmacêutica
111 Básica e centralizada, com apreciação do elenco, financiamento, compra centralizada e que já
112 enviara ofício para os municípios para os gestores responderem se querem ou não aderir à essa
113 modalidade de compra. **Wilames** não acha o momento oportuno para essa enquete, mesmo
114 reconhecendo que os benefícios da Compra Centralizada são indiscutíveis mas entende que os
115 gestores só pode decidir se conhecerem as proposta para a Política de 2012, a fim de não
116 passarem pelos mesmos constrangimentos desse ano de 2011. **Emília** afirma que a intenção é de
117 não atrasar a pactuação. Sobre o débito automático, explicou que alguns municípios foram
118 prejudicados em virtude de erro do banco ao vincular erroneamente a conta do Fundo Municipal.
119 A outra planilha mostra o acompanhamento das compras, o que foi entregue, as multas aplicadas
120 aos fornecedores e o que falta. Sobre as fitas de medição de glicemia informou que o pregão foi
121 suspenso por causa das impugnações decorrentes da exigência do Certificado de Boas Práticas de
122 Fabricação e disse que por isso só pode entregar 30% da programação, mas disse que o novo
123 pregão já está agendado para 40 milhões de fita. Outra questão apresentada foi a compra do
124 aparelho pode enfrentar um problema porque o glicosímetro está vinculado a compra da fita. A
125 **última planilha** apresentada foi a do acompanhamento de pregões. Finalizou dizendo que
126 acredita no processo e que no próximo ano os municípios deverão se melhor abastecidos e
127 colocou a COASF à disposição dos municípios e que a Coordenadora Financeira e
128 Administrativa da SESA teria boas notícias para os gestores para o próximo exercício. Passou a
129 palavra ao **Washington**, assessor de Planejamento, que fez uma explanação sobre os recursos do
130 Estado destinados à Assistência Farmacêutica, informando que na Programação Operativa Anual
131 de 2011 foram cadastrados R\$ 13.305.000,00 (treze milhões, trezentos e cinco reais) com
132 desembolso mensal de 1.125.000,00, e que até 18 de novembro haviam sido executados 92,8%,
133 no valor correspondente a R\$12.543.000,00 do valor cadastrado, tendo um saldo de R\$
134 962.000,00, sem incluir as parcelas de novembro e dezembro de 2011. **Ana Angélica**,
135 Coordenadora Administrativo-Financeira da SESA prosseguiu, colocando a situação dos recursos
136 da contrapartida federal, informando que o valor financeiro com plano era R\$ 17.402.000,00;
137 sem plano, R\$16.016.000,00; e saldo disponível de R\$ 1.486.000,00. Depois informou que em
138 virtude dos problemas ocorridos em 2011, reunira a CORES, a COAFI e a COASF para juntos
139 trabalharem pela melhoria do processo de aquisição dos medicamentos, corrigir falhas, priorizar
140 itens mais importantes. Por fim, solicitou dos gestores mais uma chance para a SESA continuar a
141 gestão da compra dos medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica. **Arruda** diz que as
142 justificativas apresentadas aliviam um pouco a situação, mas afirma que a SESA assume a
143 responsabilidade pelos problemas ocorridos com os processos de aquisição de medicamentos.
144 **Wilames** colocou para a plenária a proposição dos seguintes itens a serem considerados para a
145 elaboração do Plano de reestruturação da Assistência Farmacêutica Básica para 2012: 1. Garantia
146 do valor correspondente aos 15% destinados à estruturação da ASFAB de 2011; 2. Garantia de
147 fornecimento dos itens não atendidos em 2011; 3. Falta de farmacêuticos nas CRES dificultando
148 a distribuição dos medicamentos; 4. Reprogramação dos Recursos Financeiros de 2011 não
149 utilizados; 5. Fortalecimento da Câmara Técnica da Assistência Farmacêutica; 6. Modificação do
150 Termo de Adesão (constituir um grupo técnico); 7. Incineração dos medicamentos vencidos; 8.
151 Fórmulas Alimentares; 9. Suspensão dos repasses dos recursos dos municípios e 10. Defesa da
152 Compra Centralizada. Sobre o item 3 Arruda disse que o governador autorizou chamar os
153 concursados. Fortaleza informou que não irá pactuar as fórmulas alimentares no elenco da
154 Atenção Especializada. A Plenária da Bipartite decidiu que as propostas do COSEMS serão
155 analisadas pela Câmara Técnica da ASFAB e grupo técnico a ser composto por técnicos da SESA
156 e do COSEMS **Item 2. Recursos Federais Adicionais para Limite Financeiro de MAC**

157 **destinados ao custeio dos Hospitais, Regional do Cariri, Waldemar de Alcântara e da**
158 **Polícia Militar** – Alex colocou para a plenária da CIB/CE que acatou o pedido de recursos ao
159 Ministério da Saúde para custeio dos hospitais estaduais, Regional do Cariri, Waldemar de
160 Alcântara e da Polícia Militar, no valor mensal de R\$ 5.567.610,00 (cinco milhões, quinhentos e
161 sessenta e sete mil, seiscentos e dez reais), argumentando o pouco ou nenhum financiamento
162 dessas unidades com recursos do governo federal. **Item 3. Ratificação das Ordens de Serviço e**
163 **de Conclusão de Obra de UBSF - Recursos Federais.** Vera apresentou as Ordens de Serviço,
164 para recebimento da 2ª parcela dos recursos federais dos municípios de, Itapipoca (7 unidades),
165 Cedro, Jucás e Varjota; e os Atestado de Conclusão de Obra, para recebimento da 3ª parcela, dos
166 municípios de Crato, Orós e Uruoca. **Item 4. Seleção das Pré Propostas de Reformas de**
167 **Unidades Básicas:**Vera informou que a quantidade de propostas cadastradas ultrapassara em
168 quase três vezes o valor limite estabelecido para o Ceará, mas soube pelo COSEMS que o
169 Ministério da Saúde (MS) determinara que fossem enviadas todas as propostas,
170 independentemente do valor total. Disse que em consulta ao Departamento de Atenção Básica do
171 MS fora informada que o Estado deveria enviar todas propostas confirmadas pois caberia ao
172 Ministério analisar e definir as prioridades. Sem questionamento, a CIB/CE autorizou a remessa
173 das propostas de Reformas de Unidades Básicas, cuja Resolução seria emitida por ad referendum
174 deste Colegiado, após o resultado da análise feita pelo Ministério da Saúde. **Item 5. Aprovação**
175 **dos Projetos de Residência Multiprofissional a serem executados pela Escola de Saúde**
176 **Pública de Sobral.** A comissão Bipartite aprovou *Ad Referendum*, o projeto para implantação da
177 9ª turma de **Residência Multiprofissional em Saúde da Família**, que será desenvolvida pela
178 Secretaria da Saúde e Ação Social de Sobral, através da **Escola Saúde da Família Visconde de**
179 **Saboia**, em parceria com a **Universidade Estadual Vale do Acaraú**, em acordo com o Edital de
180 25 de novembro de 2011, que convidou à apresentação de projetos Programas de Residência
181 Multiprofissional de Saúde e em Área Profissional de Saúde para a concessão de bolsas. **Item 6 -**
182 **Projeto de Promoção da Saúde** – A CIB/CE aprovou o Projeto de Promoção da Saúde e
183 Prevenção da Violência na Estratégia da Saúde da Família no Estado do Ceará, com o objetivo
184 de implementar e/ou implantar ações de promoção da saúde, prevenção da violência e estímulo à
185 cultura de paz na atenção primária, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **Item 7 - Plano**
186 **Estadual Integral de Saúde no sistema Penitenciário** - Aprovado o Plano Estadual Integral de
187 Saúde no sistema Penitenciário com o objetivo de estabelecer metas para a promoção, proteção e
188 recuperação da saúde da população prisional do Ceará, referente ao período 2011-2012,
189 orçamentado no valor de R\$ 639.391,00 (seiscentos e trinta e nove mil e trezentos e noventa e
190 um reais). **Item 8 - Financiamento para qualificação das ações de prevenção e controle da**
191 **Dengue nos municípios do Ceará** – Aprovada a inclusão no financiamento estabelecido pelo
192 MS para qualificação das ações de prevenção e controle da Dengue nos municípios do Ceará
193 enquadrados nas seguintes situações: **A)** Municípios Prioritários (51) relacionados no ANEXO I
194 da Portaria nº. 2.557, de 28 de outubro de 2011; **B)** Município prioritário, pertencente à Região
195 Metropolitana de Fortaleza, se enquadra nos critérios constantes do item II, Parágrafo único, do
196 Artigo 1º da Portaria nº. 2.557, de 28 de outubro de 2011, no caso, São Gonçalo do Amarante,
197 que não constou no Anexo dessa Portaria. **C)** Município (Boa Viagem) com áreas endêmicas,
198 população igual ou superior a 50.000 habitantes, e que não consta no Anexo I da Portaria nº.
199 2.557, de 28 de outubro de 2011. Nada mais havendo a tratar a Assembleia foi encerrada tendo
200 eu, Célia Fonseca, lavrado a presente Ata que vai assinada pelos membros da Comissão
201 Intergestores Bipartite que compareceram. Fortaleza, dia dezoito de novembro de dois mil e
202 onze.